

PLANO DE GOVERNO DO MUNICÍPIO DE GOIÂNIA
GESTÃO 2017 – 2020
COLIGAÇÃO “EXPERIÊNCIA E CONFIANÇA”
PMDB / DEM / PDT / PRP / PTC / PRTB

Goiânia – GO
Agosto de 2016

INTRODUÇÃO

A Carta da República Federativa do Brasil, promulgada em 1988, logo em seu art. 1º, erigiu os municípios a entes com autonomia plena, em paridade com os estados-federados, distrito-federal e com a própria União, os quais, unidos, formam a República Federativa do Brasil.

Sendo assim, os municípios têm importância fundamental na vida dos cidadãos, considerando-se que é o ente federativo que está mais próximo aos problemas cotidianos dos indivíduos, sendo a parte mais sensível da administração pública, pelo fato de que os problemas municipais atingem os administrados próxima e diuturnamente, pois é nessa parcela de organização política que o cidadão tem sua morada, labora e precisa dos serviços públicos mais importantes para garantia e manutenção de sua qualidade de vida.

Tanto é verdade a importância da administração municipal, que o Legislador Constitucional Originário de 1988, atribuiu competências para os municípios vitais à vida e convivência social, constantes do art. 30 da CF/88, como a legislação sobre assuntos locais, inclusive de maneira complementar à legislação federal e estadual, naquilo que lhe couber; a criação de distritos; a organização dos serviços públicos sobre a égide do regime de concessão ou permissão, inclusive o transporte coletivo; os programas de educação infantil e de ensino fundamental; os serviços de saúde pública de atendimento essencial aos cidadãos; o ordenamento, planejamento e controle da ocupação do solo urbano, que envolve importantíssimas questões para o ambiente e o crescimento urbano; e por fim, a proteção do patrimônio histórico cultural, com competência concorrente para legislar sobre o ambiente natural e artificial urbano.

A legislação eleitoral, especificamente o inc. IX, do art. 11, da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, com redação dada pela Lei nº 12.034, de 29 de setembro de 2009, que regulamenta as eleições no Brasil, determinou fosse apresentado o Plano de Governo pelos candidatos aos cargos majoritários do Poder Executivo, de sorte a que se oportunizasse ampla discussão e acompanhamento difuso das ações de gestão, fulcradas no que o candidato se comprometeu ao oferecer sua candidatura.

METODOLOGIA EMPREGADA NO DESENVOLVIMENTO DO PLANO DE GOVERNO.

Para a elaboração do presente Plano de Governo para o Município de Goiânia, quadriênio 2017-2020, foi criada uma Comissão Geral que coordenou os trabalhos de sete eixos temáticos:

- i) Desenvolvimento econômico;
- ii) Desenvolvimento e da inclusão social;
- iii) Infraestrutura e desenvolvimento urbano;
- iv) Educação e do conhecimento libertadores;
- v) Saúde;
- vi) Meio ambiente; e
- vii) Eixo da administração municipal cidadã.

O último eixo temático tem o norte fulcrado no inc. I, do art. 3º, da Carta da República Federativa do Brasil, para a consecução de uma sociedade livre, justa e solidária, que somente se faz possível mediante ações de fortalecimento da educação, para a formação básica dos cidadãos, parcerias público privadas, sólidas e perenes, para o desenvolvimento econômico e, conseqüentemente, urbano e social e manutenção do ambiente natural e artificial urbano, para que Goiânia seja erigida à posição de referência nacional, com fortalecimento do turismo e qualidade de vida, que refletirão no incremento do IDH municipal, ou seja, da sinergia profícua de ação dos sete eixos temáticos sobre os quais se erigiu o Plano de Governo.

O início dos trabalhos teve como mote a pesquisa das políticas públicas necessárias a serem implementadas e quais estão em funcionamento, nas diversas áreas específicas em cuja divisão compõe os grandes eixos temáticos norteadores do Plano de Governo.

Foram efetuados os seguintes questionamentos debruçando-se nas políticas públicas municipais e sinérgicas existentes:

- a) Há lei que estabeleça a política pública necessária ou seu cumprimento é feito de maneira compulsória eficaz?
- b) Qual avaliação que a equipe do Plano de Governo auferiu às políticas existentes?
- c) O que deve ser apostado no Plano de Governo, concernente a alterações do que existe, retirado do que não tem eficácia e, sobretudo, quais as medidas urgentes a serem tomadas para a próxima gestão de governo municipal?

Esses questionamentos foram efetuados em cada eixo temático, que apresentou propostas técnicas com as especificidades de cada área afeta ao eixo.

Posteriormente, com as propostas prévias dos eixos em mãos, apresentou-se a minuta à população, em encontros com líderes comunitários e membros da sociedade civil organizada, para discussão das propostas e, sobretudo, vislumbrando o recebimento de propostas segmentadas, capazes de serem incorporadas ao Plano de Governo, em situação macro, de sorte a que sejam aplicadas na gestão administrativa municipal para 2017-2020.

Nesse ponto aglutinou-se a importantíssima participação da CODESE – Conselho de Desenvolvimento Econômico e Sustentável e Estratégico de Goiânia, que apresentou propostas para Goiânia até 2033, oriundas de diversos segmentos sociais organizados, públicos e privados, que foram consolidados nessa proposta de Plano de Governo.

Por fim, tendo em mãos todo o arcabouço de propostas referendado pela população, foram selecionadas àquelas propostas factíveis para o interregno destinado ao mandato de chefe do executivo municipal, com definição das maiores prioridades para o município, capazes de serem realizadas a tempo do mandato, repise-se, com plausibilidade econômica e, sobretudo, de sorte a perpetuar as ações para que as futuras gestões, independentemente da sigla política, receba um município capaz de continuar seu crescimento sustentável, beneficiando, destarte, toda a população que dele se beneficia e necessita, bem como perpetuando as ações e parcerias garantindo-se o crescimento profícuo e perene da capital do estado de Goiás.

PROPOSTAS

1. Desenvolvimento econômico

O plano para o desenvolvimento econômico do município de Goiânia será fulcrado na combinação de desenvolvimento humano (IDH) com o desenvolvimento econômico (PIB), com as seguintes propostas de ações para que haja o atingimento das metas ao maior número possível de pessoas.

1.1 Indústria, comércio, setor de serviços e polo tecnológico municipal

- Identificar os aspectos socioculturais que traduzem a identidade de Goiânia no contexto nacional.
- Criar programas de divulgação e fortalecimento da identidade de Goiânia.
- Estimular a geração de empregos, por intermédio da atração e apoio às indústrias não poluentes que possam explorar as vocações naturais de Goiânia e a habilitação de seus cidadãos, mediante a identificação dos aspectos socioculturais que traduzem a identidade de Goiânia no contexto nacional.
- Celebrar convênios com o Sistema “S”, para garantir a formação de jovens aprendizes, para as áreas com maiores demandas em Goiânia, de sorte a propiciar a colocação originária e a recolocação dos trabalhadores no mercado de trabalho, evitando, assim, o êxodo de trabalhadores goianienses para outros municípios.
- Realizar estudos sobre a dinâmica de Goiânia para os próximos anos: êxodos e regiões de tensão, com o intuito de aplicar de forma mais assertiva o conceito de cidades inteligentes.
- Criar escritório de projetos e estimular as Parcerias Público-Privadas (PPP), no intuito de substituir a presença pública em atividades que não sejam privativas do Estado e cujo setor público não possua capacidade de investimento: setores da construção, operação e manutenção de prédios públicos; manutenção da infraestrutura urbana; parceria com empresas privadas nas áreas da educação profissional e da tecnologia; serviços de inteligência de gestão nos processos de transporte urbano; internet livre em parques e locais públicos de grandes aglomerações; soluções para estimular o uso de bicicletas; soluções para estacionamento; administração de museus; e criação de novos pontos turísticos na Capital.

- Apoiar e estimular a criação de cooperativas, principalmente de produção e consumo, nos bairros de menor IDH ou que atinjam parcelas da população com menor qualificação profissional.
- Mapear as demandas do município e sociedade local, para, posteriormente em convênio com instituições de ensino, conceder bolsas de estágio e desenvolvimento tecnológico e social, para acadêmicos, cujo foco de trabalho sejam as demandas sociais da Prefeitura, conforme resultado do mapeamento realizado.
- Criar marco legal de ciência, tecnologia e inovação, permitindo ao Município receber recursos para pesquisa e inovação do Governo Federal (Lei da Inovação).
- Criar uma fundação de pesquisa da Prefeitura para captação de recursos financeiros e aplicação em inovações tecnológicas.
- Priorizar um marco legal à concessão de benefícios de incentivos fiscais e/ou financeiros exclusivos para empreendimentos ambientalmente sustentáveis que contribuam com tecnologia e inovação para o Município.
- Agilizar os processos, reduzindo a burocracia para a abertura de empresas.
- Implementar o processo eletrônico para os procedimentos administrativos municipais, com determinação de entrega da prestação administrativa em observância à ordem cronológica de protocolização, com acompanhamento constante pelo cidadão e pelo administrado.
- Estruturar um programa de divulgação das oportunidades de negócios da Cidade de Goiânia para atrair empreendedores internacionais do setor de TIC para as áreas de vocação da Cidade.
- Criar incentivos para que incubadoras aceleradoras de empresas e condomínios tecnológicos se instalem em prédios localizados na região central de Goiânia, para as indústrias criativas e os empreendedores de pequenos negócios.
- Aumentar a competitividade de Goiânia, com foco na moda, mediante modernização e reconfiguração dos centros de comércio, transformando-os em polo avançado de moda, mediante economia criativa e inovação.
- Criar normas e técnicas para certificação da qualidade para o setor de confecção – selo de qualidade.
- Reestruturar o Bairro de Campinas e a Avenida Bernardo Sayão, com ênfase em ações, como: a) soluções para estacionamento

- b) decoração urbana em datas comemorativas; c) disponibilização de rede WI FI em pontos estratégicos; d) criação de políticas de incentivo à readequação das fachadas e padronização das calçadas.
- Revitalizar a Praça do Trabalhador.

1.2 Agricultura e pecuária

- Transformar Goiânia no principal centro de referência do agronegócio brasileiro.
- Elaborar e implantar Plano Diretor de Logística, com foco em tornar o Município um centro de referência na cadeia de transporte e logística voltados ao agronegócio.
- Implantar um centro tecnológico, propiciando um ambiente de cooperação entre as universidades, laboratórios de pesquisa, empresas de alta tecnologia, FAEG, Prefeitura e produtores locais, com convergência de pesquisas direcionadas ao agronegócio.
- Realizar eventos periódicos de aproximação entre empresários, pesquisadores e outros agentes do centro tecnológico.
- Fomentar parcerias entre instituições públicas de pesquisa agropecuária e agências privadas.
- Promover a realização de feiras de tecnologia agropecuária no Município, reforçando identidade de capital do agronegócio brasileiro.
- Reimplementar o projeto “Horta para todos”.

1.3 Turismo

O Turismo hoje se consolida mundialmente como uma das principais atividades econômicas. Inúmeros países superaram crises, graças ao desenvolvimento do turismo em seus territórios. No Brasil com o surgimento do Ministério do Turismo em 2003 é que o país iniciou uma política efetiva para o setor, destaca-se a Lei Geral do Turismo, nº 11.771 de 17 de setembro de 2008, a qual regulamenta o setor.

Uma das ações que o MTur desenvolveu nos últimos anos foi o índice de competitividade, uma parceria com Sebrae Nacional, executada pela Fundação Getúlio Vargas. Trata-se de uma pesquisa qualitativa realizada nos principais destinos turísticos do país, em que é realizado um diagnóstico em todos os setores que influenciam no desenvolvimento turístico do destino.

Dentro desse estudo é possível analisar a situação do turismo em nosso município. Em uma análise geral Goiânia está na média das outras Capitais com o índice de 68,5 e o das capitais está em 68,6 (Max de 100). Essa nota é composta por treze dimensões, sendo que as piores médias de Goiânia foram Atrativos Turísticos com 47,4 e Marketing e Promoção do Destino com 37,3, e as médias das capitais foram respectivamente 64 e 53,5.

Diante deste cenário destacam-se os setores prioritários para o desenvolvimento dos programas de gestão municipal:

- Estruturar o órgão municipal de turismo, com aporte de recursos e planejamento, com foco em promoção e apoio a eventos qualificados para Goiânia.
- Capacitação da Guarda Civil Metropolitana para o atendimento ao Turista.
- Promover a acessibilidade para pessoas com deficiências nas áreas turísticas.
- Implantação da “Linha do Turismo” que interligue os atrativos da cidade, conforme lei municipal nº8.967, de 18 de outubro de 2010.
- Revitalização do Centro e Campinas.
- Expandir a sinalização turística viária da cidade.
- Desenvolver e implantar mapas turísticos em áreas turísticas.
- Criação de um plano de turismo, com diretrizes e metas.
- Buscar e incentivar eventos nacionais e internacionais.
- Revitalizar a Feira Hippie.
- Revitalizar o Jardim Botânico.
- Incentivar o turismo de saúde, religioso e de negócios.
- Desenvolver programas e campanhas, voltados para a população goianiense e turistas, visando conhecer e valorizar os atributos turísticos, culturais e sociais da cidade, além de preservar o patrimônio existente.
- Planejar o uso turístico da Vila Cultural e Casa do Turista.
- Desenvolver um circuito cultural e gastronômico (Rua do Lazer, Cine Ouro, Mercado Central, Teatro Goiânia, Grande Hotel, Antiga Estação Ferroviária na Praça do Trabalhador e Mercado Popular).
- Fomentar e apoiar a criação de aplicativos de turismo para a Cidade.

2. Desenvolvimento e inclusão social

2.1 Programa de qualificação profissional, emprego e renda e redução das desigualdades

- Promover a equidade social, mediante ações de inclusão e de formação profissional continuada para que haja oportunidades semelhantes de sorte a minimizar as desigualdades sociais e econômicas.
- Celebrar convênios com o Sistema “S”, para garantir a formação de jovens aprendizes, para as áreas com maiores demandas em Goiânia, de sorte a propiciar a colocação originária e a recolocação dos trabalhadores no mercado de trabalho, evitando, assim, o êxodo de trabalhadores goianienses para outros municípios.
- Estabelecer parcerias para instituir projeto permanente, desenvolvido em escolas e áreas públicas municipais, em horários alternativos, em que as salas de aula não estejam sendo utilizadas, com cursos técnicos profissionalizantes, cursos de línguas, artes e práticas esportivas.
- Criar o Centro Integrado de Línguas – CIL.
- Criar o Centro Integrado de Educação Física- CIEF.
- Investir na humanização, na qualidade de vida e de trabalho do Profissional da Educação.
- Estabelecer Convênio com o SINE e Secretaria Estadual de Cidadania e Trabalho para identificação das ofertas de trabalho (demandas existentes) e o não preenchimento por falta de pessoal qualificado, por consequência elaborar cursos de treinamento em parceria com entidades do Sistema “S”.
- Estabelecer convênios e parcerias com associações, sindicatos e cooperativas, como forma de viabilizar a implantação de projetos sociais, culturais e de empreendedorismo das famílias e geração e manutenção do emprego e empregabilidade.
- Promover a integração das secretarias e órgãos para fomentar o desenvolvimento econômico/social com foco na redução da desigualdade entre as regiões de Goiânia.
- Fazer levantamento das reais necessidades das regiões relativas aos serviços públicos prestados pela administração pública e implementar as melhorias necessárias (mapeamento das regiões: número de escolas, hospitais, praças, postos de saúde), propiciando um equilíbrio na distribuição dos equipamentos públicos.

2.2 Esporte e Lazer

- Maior investimento nos programas existentes com melhoria nas estruturas e aquisição permanente de materiais e conservação, reformas e ampliação das infraestruturas de esporte e lazer.

- Estimulo ao esporte-educação como ferramenta de fomento à iniciação esportiva para fins de desenvolvimento de categorias de base nas modalidades esportivas.

2.3 Habitação

- Desenvolver com recursos próprios ou por meio de parcerias com outros entes da Federação, ou ainda, através de agentes de financiamento habitacional, programas de construção de unidades habitacionais.

2.4 Atenção à população de risco, às pessoas em situação vulnerável e políticas públicas destinadas à mulher ao idoso e às políticas afirmativas.

- Elaborar programas de cunho social que coordenem esforços voltados à assistência da classe goianiense mais carente, definida a partir de parâmetros de renda e vulnerabilidade.
- Estimular o acesso dos vulneráveis aos diferentes meios de convivência social, tanto em infraestrutura quanto em oportunidades.
- Fortalecer a Secretaria Municipal de Assistência Social (SEMAS) para abordagem às pessoas em situação de rua e fortalecimento da rede de atendimento.
- Criar espaços de vivência sociocultural para a população jovem e suas famílias, ofertando programas culturais e esportivos que fomentem a convivência familiar.
- Desenvolver estudos para criação do Centro de Referência de Apoio aos Portadores de Necessidades Especiais.
- Propiciar o desenvolvimento do Centro de Referência da Mulher (orientação: jurídica, saúde, combate à violência, educação e capacitação profissional e outros).
- Reduzir o índice de vulnerabilidade juvenil por intermédio de políticas públicas de saúde, educação, esporte, lazer, capacitação e qualificação do jovem.
- Apoiar as instituições públicas e não governamentais que têm como objetivo amparar crianças abandonadas; crianças e adolescentes em situação de rua; idosos desamparados; e pessoas carentes em situação de risco.
- Fortalecer políticas públicas de prevenção ao uso de drogas e apoio/tratamento aos dependentes químicos.
- Apoiar e incentivar a manutenção permanente de programas de combate às drogas, colaborando com os órgãos de segurança em todas as suas ações.
- Elaborar campanhas inclusivas de igualdade e respeito nos níveis vivencial, social e cultural.

2.5 Segurança pública

- Aplicar os procedimentos consagrados e as melhores práticas de gestão e informação, porém cobrando do Governo do Estado e do Governo Federal o cumprimento do art. 144 da Carta da República Federativa do Brasil que diz que a competência para a garantia da segurança pública é da União e dos Estados Federados.
- Capacitar e aparelhar, conforme previsto na lei, a Guarda Civil Metropolitana para atuar dentro da competência do município.
- Ampliar o vídeo monitoramento nas avenidas e ruas comerciais e a ação do Observatório de Segurança Pública Municipal para que essas tecnologias possam gerar informações que propiciem a antecipação ágil da ação criminosa.
- Efetuar programas de combate às drogas, juntamente com o Programa Nacional de Combate às Drogas.
- Efetuar policiamento nas portas e imediações das Escolas Públicas Municipais.
- Implantar projetos de iluminação pública, nos seguintes moldes: a) priorização das calçadas; b) iluminação adaptada à arborização, evitando sombras densas; c) sistema eficiente de reposição de iluminação; d) distribuir a iluminação de praças e parques de forma a contemplar maior área possível, bem como iluminar com maior intensidade as rotas principais de deslocamento dentro dessas áreas;

3. Infraestrutura e desenvolvimento urbano

O desenvolvimento urbano calçado em um projeto de infraestrutura de longo prazo propiciará não somente o desenvolvimento da capital, mas o desenvolvimento regional, haja vista que as ações econômicas geralmente convergem para a capital do estado-federado.

Assim, o plano de desenvolvimento urbano do governo municipal da capital deve levar em consideração ações aglutinadoras do cenário macroeconômico do estado de Goiás, de sorte a que sirva para o crescimento difuso regional.

Serão implementadas as seguintes ações:

- Elaborar e implantar o Plano Básico Municipal de Saneamento;
- Pavimentar todas as ruas de Goiânia.
- Fiscalização do sistema de passeios públicos, uniforme, permitindo a acessibilidade em toda a cidade.
- Reavaliação do sistema de limpeza urbana, estabelecendo um plano de logística reversa e restabelecendo a coleta seletiva e noturna.

- Estimular o plantio de árvores por particulares.
- Estimular a coleta de água das chuvas, para utilização racional.
- Criar um grupo de estudos para desenvolver o “Projeto de Mobilidade Urbana”.
- Melhorar as ligações interbairros, inclusive com construções de pontes para agilizar a mobilidade.
- Revitalizar todos os parques da cidade.
- Recuperar e manter as áreas de preservação permanente relativas às drenagens naturais.
- Elaborar os projetos de cobertura e integração da rede de drenagem urbana na Região Metropolitana de Goiânia.
- Concluir o plano documentado de eliminação do tratamento público de resíduos sólidos produzidos nas residências e comércios - RESÍDUOS ZERO.
- Estabelecer política de estacionamentos que contribua para o gerenciamento da mobilidade.
- Implantar sinalização voltada à orientação.
- Realizar a revisão do Plano Diretor.

4. Educação e Cultura

Todos os Estados que vem apresentando crescimento no desde meados do Século passado, foram àqueles que tiveram a Educação como principal foco de investimento.

Países como o Japão, a Índia, a Alemanha, a África do Sul, são exemplos de como a única saída em longo prazo, contudo, permanente, para o crescimento de uma nação é através de investimentos na área da educação.

Unidades que compõem federações não têm diferença da totalidade do Estado! Se houver investimento na educação, o ente político federado, seja ele estado ou município, atuando dentro as suas competências constitucionais educacionais, erigir-se-á diante dos demais, propiciando o crescimento do Brasil e melhora da qualidade de vida e de empregabilidade de seus cidadãos.

A Educação para o Governo do Município de Goiânia será prioritária, haja vista que atualmente encontra-se em situação precária. Investimentos em educação minimiza gastos com segurança pública, em planos de longo prazo.

Serão programas estratégicos para educação e cultura no Governo Municipal, gestão 2017-2020:

4.1 Educação

- Promover estudos para valorização dos Profissionais da Educação.
- Ampliar a oferta do número de vagas em educação integral e educação infantil.
- Investir na melhoria da estrutura física e ampliação da Rede Municipal de educação.
- Ampliar o número de CMEIs existentes buscando sanar o déficit na educação infantil.

4.2 Cultura

- Reestruturar o sistema municipal de bibliotecas física e digital.
- Implantar o sistema municipal de arquivo com vistas ao acesso e preservação da memória histórica do município.
- Elaborar estudo para implantar o sistema municipal de museus.
- Fortalecer ações conjuntas com os órgãos dos governos municipais, estadual e federal.
- Elaborar e promover um calendário das manifestações culturais.
- Requalificar os espaços culturais do município.
- Desenvolver políticas de documentação, preservação e resgate do patrimônio histórico e cultural do município.
- Estabelecer políticas de proteção às expressões populares da cultura.
- Fortalecer a Orquestra Sinfônica municipal e estabelecer políticas de apoio e fomento as expressões eruditas da cultura.
- Estabelecer políticas claras e ações de governo planejadas com vistas ao apoio a todas as formas de expressão artística da comunidade.
- Resgatar os projetos: Festival Goiânia em Cena; *Festcine* Goiânia; Goiânia Ouro; Goiânia em prosa e verso; Revirada Cultural; e Projeto Musicalidade; Propiciar apresentações, mostras, atividades culturais e artísticas nos bairros.
- Revitalizar, fortalecer e requalificar: o Museu de Arte de Goiânia e o seu acervo; e o Centro Livre de Artes e o seu acervo.

5. Saúde

- Garantir médicos por 24 horas nos postos de saúde.
- Desenvolver estudos para entrega a domicílio de medicamentos de uso contínuo aos doentes crônicos e idosos.

6. Meio ambiente

Um dos temas mais conflituosos no atual cenário econômico brasileiro e mundial.

O meio ambiente requer atenção especial do Governo Municipal, na busca constante de garantir o desenvolvimento sustentável e a conservação da biodiversidade.

Todas as obras e implantações comerciais, industriais e de serviços, passa obrigatoriamente pela Agência Municipal do Meio Ambiente – AMMA, sendo que URGE a necessidade de transformar os processos físicos em eletrônicos, com digitalização daqueles em andamento, bem como de uma ordem cronológica a ser seguida estritamente nos procedimentos de licenciamento, evitando-se “favores” e inibindo a corrupção.

Por fim, será criado um termo de referência com os documentos a serem encaminhados para o licenciamento, específico para cada atividade, contendo obrigatoriamente, o tempo médio de entrega da prestação administrativa da licença ambiental.

Metas:

- Criar o sistema de andamento processual cronológico, com possibilidade de acompanhamento do andamento pelo interessado.
- Implantar o termo de referência para cada tipo de empreendimento a ser licenciado, com tempo máximo para entrega da prestação administrativa visando simplificar os procedimentos de renovação, nos processos de licenciamento ambiental com regras claras e procedimentos céleres.
- Estabelecer parceria com a FIEG e FAEG no desenvolvimento de um amplo programa de Educação Ambiental e de Produção Mais Limpa.
- Apoiar e participar na elaboração do Código Ambiental Brasileiro e por consequência, adequação da legislação estadual quanto às tendências apresentadas, com respeito aos critérios técnico-científicos.
- Tornar mais acessível e incentivar a utilização do Fundo do Meio Ambiente para projetos de recuperação de áreas degradadas, incentivo a recuperação de Reserva Legal, nascentes, mata ciliar de encosta de aquíferos e criação de viveiros.
- Rever a legitimidade de representação dos órgãos nos conselhos paritários que deliberam pelas políticas ambientais no estado, assim como, vigilância constante na atuação das organizações sociais (ONGs e outras) que atuam na área ambiental e, que gerem recursos públicos para desenvolvimento de projetos e ações ambientais;
- Recuperação e revitalização de todos os parques já implantados na cidade.
- Reimplantação do Programa Plante a Vida (distribuição de mudas nativas para o plantio voluntário).
- Recuperação e recomposição das matas ciliares dos mananciais.
- Atualização e Implementação do Plano Diretor de Arborização Urbana dando prioridade para o plantio de espécies nativas.
- Retorno e melhoria do monitoramento dos mananciais de Goiânia.

- Combate e controle de todas as formas de poluição com uma fiscalização eficiente.
- Redes de equipamentos para medir e instrumentalizar a administração ambiental na cidade para controle do ar, solo, água e lançamentos fora dos padrões definidos por lei.
- Distribuição de equipes volantes dia e noite de fiscalização para controle ambiental.
- Retorno do funcionamento específico para reclamação por parte da população diretamente ao órgão ambiental - Telefone Verde 161.
- Definição e implementação de uma política de resíduos sólidos com a modernização do Aterro Sanitário.
- Fortalecimento da coleta seletiva e o reaproveitamento dos recicláveis voltado à população através das cooperativas existentes e o fomento a novas.
- Buscar efetivar a da política de materiais inertes (entulhos) com seu aproveitamento com a consolidação de produtos como blocos, guias, manilhas e material para sub-base de asfalto.
- Constituir junto ao Aterro Sanitário a destinação adequada de resíduos industriais e o chamado lixo tecnológico.
- Agilização e desburocratização no Licenciamento Ambiental- disponibilização de todos os procedimentos efetivados pela AMMA.

7. Administração municipal cidadã

7.1 Gestão pública

A gestão da coisa pública com a mesma eficiência com que se faz da iniciativa privada é fundamental para o crescimento de um município. A única diferença entre ambos é que o resultado, o lucro, é o ganho social. A administração municipal será pautada pelas seguintes medidas:

- Dar transparência dos gastos públicos, com publicação regular do orçamento municipal e da movimentação financeira do Município de Goiânia, dando oportunidade para que a sociedade acompanhe a execução financeira municipal, inclusive com a realização de audiências públicas de esclarecimento;
- Tornar a gestão pública municipal um modelo em eficiência voltada para eficácia no atendimento ao público;
- Reestruturar e otimizar a estrutura da administração pública municipal;
- Implementar o processo eletrônico, com certificação digital para todos os processos e procedimentos municipais, com obrigatoriedade de entrega da prestação administrativa em estrita observância da ordem cronológica de protocolização.
- Desburocratizar os procedimentos de registro e baixa;

- Utilizar de práticas participativas de gestão, reforçando o relacionamento com Fóruns da Sociedade Civil, com o CODESE e com outras organizações da sociedade civil, na busca da discussão franca e transparente das questões de interesse do Município.

7.2- Tecnologia no Serviço Público

- Investir na modernização tecnológica da prestação de serviços públicos ao cidadão através de sistemas.
- Centralizar a definição da plataforma tecnológica a ser utilizada pelos órgãos públicos municipais, com capacidade de integrar as soluções hoje existentes;
- Conectar a infraestrutura física e a digital, definindo a utilização de plataformas de tecnologia que conversem entre si.